

## O Novo Membro do Conselho Nacional de Pesquisas

A "Revista do Serviço Público", em cujas páginas, nos seus dezesseis anos de existência, expressaram opiniões os mais ilustres representantes de nossa cultura política, sempre mereceu do Dr. Araújo Cavalcanti, desde os tempos em que este mensário esteve sob a inequalável direção dos Drs. Paulo Lopes Corrêa e Alfredo Nasser, uma colaboração de relevância, tanto pela sua regularidade como pelo seu conteúdo técnico. Admitido, inicialmente, no D.A.S.P., como Assistente de Administração, em setembro de 1941, ingressou na carreira de Técnico desse departamento, em fevereiro de 1942, por meio de um concurso em que seus dotes de inteligência assim como a amplitude e solidez de seus conhecimentos lhe conquistaram um justo primeiro lugar na classificação geral. Revelou-se, mesmo no princípio de sua vida pública, como um dos mais autênticos valores da moderna geração de funcionários federais, possuidores de uma mentalidade forjada no clima do estudo e da investigação e cujas tendências — determinadas, aliás, pela visceral modéstia, pelo espírito de desprendimento e amor ao anonimato — não poderiam conduzi-los senão ao nosso serviço civil.

Autor de artigos e conferências, de grande repercussão para o nosso programa de aperfeiçoamento administrativo, e do livro "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco", editado pelo governo do Território do mesmo nome, devemos à sua capacidade, energia e claras perspectivas dos problemas nacionais a atual dinâmica do movimento municipalista brasileiro, o estatuto orgânico de nossa administração territorial e os trabalhos de levantamento e sistematização dos dados úteis e necessários ao plano de assistência à Amazônia.

Poderia parecer aos menos avisados que, nesta oportunidade, quebra a "Revista do Serviço Público" uma velha e louvável norma: a de não tecer comentários em torno de personalidades! Acontece, porém, que aqui apenas registramos um inevitável embora tardio reconhecimento da vitalidade da própria administração do Estado, configurada em seu agente humano de escol cuja ausência teria impossibilitado, de certo, a eficaz manifestação do poder público.

A solenidade de posse do ilustre Técnico de Administração no cargo de membro do Conselho Nacional de Pesquisas, ocorrida a 21 deste mês, tornou oportuno o presente testemunho. O Dr. Araújo Cavalcanti fez jus à distinção pelos títulos excepcionais que ostenta, entre os quais podemos realçar, em ligeira síntese de sua fé de ofício, o de ter exercido a função de Presidente da Comissão de Estudo dos Territórios Federais, de elaborar os projetos de sua organização administrativa e o de conceber, estruturar e implantar o plano de governo do Rio Branco como, também, o esquema de desenvolvimento econômico da região. Desempenhou, ainda, em 1947, o cargo de Assessor da Comissão Especial de Imigração, Colonização e Naturalização, do Congresso Nacional e, a partir de 1948, o de Assistente Técnico da Presidência da República. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife. graduou-se, ainda, o Dr. Araújo Cavalcanti em organização, economia, orçamentos públicos, pesquisas e planejamento pela Syracuse University, dos Estados Unidos, onde cursou a respectiva Maxwell Graduate School of Citizenship and Public Affairs.

Ao realçar o fato de sua nomeação para o Conselho Nacional de Pesquisas e ao publicar o discurso que pronunciou no ato de posse, a "Revista do Serviço Público"

acredita que a homenagem que presta ao seu emérito colaborador atingiu menos a sua pessoa do que ao órgão a que serve e à classe a que pertence. A escolha de um Técnico de Administração do D.A.S.P. para integrar a equipe de grandes vultos nacionais que são membros do C.N.P. constituiu um depoimento a favor das inevitáveis relações que existem entre as duas grandes unidades. A presença de um representante do D.A.S.P. na instituição dedicada à ciência em suas mais elevadas expressões, decorre, talvez, de uma circunstância: a de que a afinidade de objetivos dos dois organismos — a de promover, um deles, o aperfeiçoamento administrativo do país, e, o outro, o seu aperfeiçoamento técnico-científico — impõe uma indissolúvel comunhão de esforços para atehder todos os propósitos de realizações não só nos domínios da física, da química, da sociologia ou da medicina mas, também, no terreno da administração. Se a ciência deve ser utilitária, deve ela ter o apoio de um excelente instrumento administrativo. Isto importa na imperiosa aliança entre os dois peculiares campos de ação, principalmente num órgão colegiado de incumbências normativas e ordenadoras que visa, sobretudo, a dar rumos à promoção de nosso progresso na base de um interesse científico com a boa administração dos recursos potenciais e práticos de que dispõe nossa pátria. A história nos ensina que as ciências nasceram das necessidades. Estas, porém, só podem ser satisfeitas se o trabalho científico for assistido pelo fenômeno "administração", isto é, se houver uma hábil conduta das energias intelectuais dos homens assim como do comportamento dos fatores materiais para que atuem, ambos, de modo coordenado e econômico. Só dessa maneira, no mundo de hoje, pode a comunidade universal beneficiar-se com a descoberta dos sábios e com os resultados das investigações que se processam nos laboratórios. Como muito bem afirmou Felix Lamela, membro da American Academy of Political and Social Sciences, em conferência pronunciada, em abril próximo passado, em São Paulo, "as fórmulas que deram êxito à maior descoberta arrancada pelo homem à natureza, não foram obra de um só cientista: foi a conjugação de idéias dispostas numa ordem rigorosa, por vários grupos de técnicos, comandados por uma comissão de brilhantes administradores." Para Aristóteles, quanto mais útil, maior é a ciência. Mas só a administração pode tornar utilitária a pesquisa científica e suas conseqüências em termos de benefícios para a sociedade. — ESPÍRITO SANTO MESQUITA, Diretor da "Revista do Serviço Público".

### DISCURSO DO DR. ARAÚJO CAVALCANTI

Excelentíssimo Senhor Cel. Orlando Rangel

Digno Presidente em exercício do Conselho Nacional de Pesquisas.

Eminentíssimos Senhores Conselheiros.

Senhoras.

Senhores.

Devo confessar com a maior naturalidade que ainda não me encontro totalmente refeito da grande surpresa com que fui distinguido ao ser convocado para esta investidura sumamente honrosa e elevada de Membro do Conselho Nacional de Pesquisas.

Sinto, no decorrer de minhas obscuras atividades profissionais, que esta distinção é para mim um impacto ines-

perado, oriundo de circunstâncias imprevistas — os imponderáveis que têm marcado a minha vida e que me compelam, ainda, desta vez, a aceitar um encargo que reconheço bem acima das minhas modestas possibilidades de bem desempenhá-lo.

Homem rude e simples do interior do país, afeito desde os bancos da Universidade ao trabalho anônimo, em salas de aula e gabinetes, inteiramente despidido de ambições e vaidades, ainda não perdi, apesar das oportunidades que o destino me tem proporcionado de peregrinar pelos grandes centros, um certo receio pânico de solenidades como esta em que, por força das circunstâncias, sou obrigado a falar.

Refratário ao formalismo, inimigo das frases convencionais, deveria ter preparado, no entanto, um verdadeiro discurso protocolar como é de praxe, ao invés destas simples declarações. Não o fiz por falta de tempo, mas, principalmente, pela necessidade de fazer sentir com mais espontaneidade que é profundamente real a minha emoção ao ser investido nesta função austera e complexa, cujas responsabilidades aprecio em tôda sua amplitude.

Na constelação das instituições administrativas, técnicas, culturais ou científicas da Nação Brasileira, o Conselho Nacional de Pesquisas já se apresenta como estrêla de primeira grandeza apesar de tão jovem e de apenas ter iniciado a sua luminosa trajetória.

O Brasil tem um passado glorioso no domínio das investigações científicas e tecnológicas, apresentando figuras exponenciais, conhecidas e estimadas por todos, nos diversos ramos do conhecimento humano — valores autênticos que fizeram da Ciência e da Técnica, a serviço do Brasil e da Humanidade, o seu evangelho, a sua missão básica, sua razão de ser.

No entanto, é de justiça reconhecer o número relativamente reduzido desses grandes valores diluídos no conjunto do efetivo demográfico de uma nação em franca expansão precisando, destarte, de multiplicar os seus quadros de pioneiros, cientistas, técnicos, engenheiros — as equipes de cientistas e pesquisadores que são os verdadeiros artifices do bem-estar e do progresso.

Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, como já foi subejamente proclamado, as investigações científicas e tecnológicas ingressaram, no Brasil, em uma fase decisiva de coordenação, organização racional e expansão. Vem o Conselho Nacional de Pesquisas, de há três anos a esta parte, intensificando essas atividades de tal maneira que bem merece ser considerado como o novo dinamismo propulsor do progresso nos diversos setores das atividades nacionais.

Após o advento do Conselho Nacional de Pesquisas já se notam em todo o país o recrudescimento e a intensificação do ritmo e da produtividade dos trabalhos ligados à investigação científica e tecnológica conforme revelação das estatísticas especializadas — o que faz prever um desenvolvimento excepcional de conseqüências imprevistas para o país como um todo.

Mais cedo do que se pensa, já começaram os brasileiros a sentir os benéficos efeitos da ação normativa, coordenadora e estimuladora desta equipe de trabalhadores eminentes, cada um dos quais no seu respectivo setor, é uma afirmação das possibilidades, aptidões e da real capacidade do Brasil.

As investigações que estão sendo promovidas, estimuladas ou subvencionadas pelo Conselho, têm reflexos imediatos, inclusive nos índices da nossa produção agropecuária e florestal; nos surtos de desenvolvimento industrial contribuindo para melhorar as condições gerais de bem-estar e de trabalho dos nossos efetivos demográficos. Todavia, as conseqüências mais importantes, são, na hora difícil e incerta que o Mundo atravessa, as possibilidades de fortalecimento das bases, fatores e condições de segurança e defesa da Nação.

Se não me engano, o eminente prof. Costa Ribeiro, em uma aula famosa ao inaugurar os cursos da Universidade do Brasil, em 1947, falando sobre a pesquisa científica e seu desenvolvimento, entre nós, teve oportunidade

de acentuar que “os imperativos da segurança e da defesa da nacionalidade, bem como as exigências do bem-estar das populações e os problemas cruciais da paz ou da guerra, são fatores que dão novo sentido e importância às pesquisas e investigações científicas, tanto no que se refere às ciências puras, como no domínio das ciências aplicadas”.

Examinando as conseqüências no domínio técnico-científico, em face dos recentes progressos da pesquisa e as contribuições oriundas dos laboratórios, afirmou o ilustre professor Costa Ribeiro — expoente da cultura nacional, que:

“Seria, talvez necessário, há cerca de 50 anos atrás, defender a causa da ciência pura e das pesquisas sem interesse imediato, para as imprevisíveis conseqüências da pesquisa científica no plano dos interesses industriais, comerciais e econômicos. Atualmente qualquer argumentação, neste sentido torna-se desnecessária. Na última guerra, pode-se dizer que os elétrons e as ondas eletromagnéticas desempenharam papel mais importante do que os projéteis e os canhões e, num momento quase desesperado da história do mundo, os resultados de investigações realizadas no pleno domínio da ciência pura — a física nuclear — vieram permitir que se forjassem armas terríveis, cujos tremendos efeitos conseguiram paralisar, pelo temor, os homens empenhados na sanha fratricida”. (Ver prof. Costa Ribeiro, em “A Pesquisa Científica e seu Desenvolvimento no Brasil”).

As investigações oriundas deste Conselho, quer científicas quer tecnológicas, virão contribuir para o conhecimento exato e a revelação do verdadeiro Brasil em termos concretos, proporcionando uma noção mais precisa de suas potencialidades efetivas aos Homens de Estado e às autoridades responsáveis. Trata-se de um gigantesco trabalho pioneiro do Conselho no sentido da obtenção de um Balanço rigoroso e completo de nossos recursos naturais.

Uma outra conseqüência imediata da maior significação para o progresso do país será a modernização e aperfeiçoamento das nossas técnicas de produção — trabalho cujas maiores repercussões deverão ser observadas na elevação dos índices da produtividade agrícola, pecuária e florestal.

Mais importante, porém, do que tudo isto, afigura-se-me a extraordinária contribuição do Conselho no que se refere à orientação das novas gerações brasileiras para os amplos domínios das Ciências e das Técnicas, despertando vocações de pesquisadores autênticos e criando condições favoráveis aos nobres trabalhos dos que nas cátedras, nos laboratórios, nas fábricas, nos estabelecimentos agrotécnicos forjam a prosperidade e o bem-estar da Nação. E' o esforço conjugado de geneticistas, químicos, engenheiros e cientistas especializados sem os quais a nossa produção permaneceria sempre estrangulada em quadros obsoletos e superados. E' a tarefa excepcional do Conselho visando a ampliar e fortalecer as nossas equipes de cientistas, pesquisadores, engenheiros, dirigentes, técnicos e operários qualificados tão reclamados pelas indústrias, agricultura e pela Administração Pública.

Está, desta forma, o Conselho desempenhando uma função educacional da mais alta expressão, procurando aumentar o rendimento de nosso potencial humano ligado às atividades científicas ou técnicas e fomentando o melhor aproveitamento das capacidades disponíveis.

Apesar de haver iniciado as suas atividades há apenas 3 anos, já firmou o egrégio Conselho uma tradição de compostura, eficiência e alta capacidade. Verificam os brasileiros, com legítima satisfação, que já se encontra esta Casa indissolúvelmente ligada aos magnos problemas da valorização econômica, demográfica e social das diversas regiões do Brasil, conforme o atestam, entre outros, os projetos do Conselho relativos a duas instituições peculiares, em organização, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

Não é este o momento oportuno, nem estou em condições de relatar, com autoridade, o muito que o Conselho tem feito auxiliando instituições e pesquisadores indepen-

dentos nos diversos pontos do país; promovendo ou realizando congressos científicos e deles participando no interior como no exterior; dando impulso sem precedentes ao intercâmbio de idéias e experiências, intercâmbio de tão grande significação para os homens de ciência; articulando e aperfeiçoando as pesquisas nos meios universitários. Nenhum brasileiro desconhece, — dentre as grandes iniciativas ou realizações concretas de que muito justamente se orgulham todos os patricios — os trabalhos do prof. Cesar Lattes, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e os estudos ou iniciativas pioneiras no que se refere ao aproveitamento da energia atômica.

Por todos estes motivos é que os órgãos Governamentais, as Universidades e Escolas Superiores, os homens responsáveis pelo fomento das nossas riquezas, pelo progresso econômico, administrativo ou cultural — em suma, todos os patricios que detêm uma parcela de responsabilidade ou, como costuma dizer o Excelentíssimo Cel. Orlando Rangel — que refletem e pensam, em termos de Brasil, todos, sem exceção, têm os olhos postos nas atividades, nas iniciativas e realizações do Conselho Nacional de Pesquisas.

Aqui é onde, realmente, se encontram mais do que em qualquer outro lugar, as verdadeiras esperanças do Brasil, no sentido de obter as soluções definitivas que venham ajudá-lo a superar suas dificuldades atuais, de maneira a poder atingir a plenitude dos grandiosos destinos que a Providência lhe reservou.

Finalmente, Eminentíssimos Senhores Conselheiros, seja-me permitido encerrar os meus agradecimentos com um depoimento profundamente sincero, uma confissão que não é apenas uma frase de efeito ou um pronunciamento convencional das solenidades de posse.

Confissão que espero, traduzirá a compreensão exata das sérias responsabilidades em que sou investido neste momento perante Vossas Excelências. Ao aceitar a relevante missão que me é confiada, tomando posse neste Egrégio Conselho, faço questão de reiterar que tenho a noção

exata e precisa das minhas limitações de toda ordem. Estou ciente da fragilidade dos meus recursos intelectuais; avalio, em toda a sua amplitude, as deficiências da minha reduzida experiência profissional.

Ser-me-á difícil substituir no Conselho Nacional de Pesquisas, uma figura exponencial como a do eminente brasileiro, Dr. Arízio de Viana, que me acostumei a admirar e a estimar, pelos seus altos títulos, exemplar probidade e excelsas qualidades de inteligência e caráter. Substituir o Diretor-Geral do D.A.S.P. e Administrador do Plano SALTE — que modestamente e sem alardes vem prestando ao país tantos serviços relevantes — constitui para mim título realmente excepcional.

Sentir-me-ei honrado e feliz se puder, neste Conselho, desempenhar as funções que me forem cominadas com a eficiência e a austeridade características de sua atuação.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Cel. Orlando Rangel, Senhores Conselheiros.

Aqui estou para ver, ouvir, aprender e trabalhar.

Tudo farei no sentido de suprir as minhas deficiências com entusiasmo, dedicação, lealdade e discrição.

Se porventura aceitei tão honrosa incumbência, é que verifiquei também a possibilidade de, servindo ao Conselho, enriquecer meu patrimônio cultural, aperfeiçoar-me, fazer, por assim dizer, a partir deste momento, o mais completo e profundo curso de minha vida. Foi a perspectiva do conhecimento pessoal, dos freqüentes contatos com os eminentes conselheiros, que me forçaram, afinal, a aceitar honra tão extraordinária. Este é para mim um motivo de grande satisfação porquanto todos os brasileiros sabemos — principalmente as gerações novas de universitários e estudantes, que :

em cada uma das personalidades que integram o Conselho Nacional de Pesquisas encontramos não apenas um estímulo para o trabalho fecundo a serviço do país, mas, sobretudo, um exemplo digno de ser imitado.

Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro - Brasil - 1953

# REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

## VOLUMES EDITADOS

### ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
- Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

### ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
- Vol. II — abril-maio, junho.
- Vol. III — julho-agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.)

### ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

### ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

### ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

### ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

### ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto-setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

### ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

### ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

### ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XIV — 1951

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

### ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.



Toma posse no cargo de membro do Conselho Nacional de Pesquisas o Dr. José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti. Vê-se, de pé, o Coronel Orlando Rangel, Presidente em exercício do Conselho